



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

CONCURSO PÚBLICO (COM PUBLICIDADE NACIONAL)

N.º 01.0885

**“SERVIÇOS DE CIBESSEGURANÇA SOCAAS (SECURITY OPERATIONS
CENTER AS A SERVICE) – 2.º PROCEDIMENTO”**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

ÍNDICE

Artigo 1.º - Identificação do concurso.....	3
Artigo 2.º - Entidade adjudicante.....	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º - Identificação do procedimento e fundamento.....	3
Artigo 5.º - Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante Acesso/Registo.....	3
Artigo 6.º - Serviços de apoio a todos os interessados.....	4
Artigo 7.º - Peças do Procedimento.....	4
Artigo 8.º - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais.....	4
Artigo 9.º - Concorrentes.....	5
Artigo 10.º Apresentação das propostas.....	5
Artigo 11.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	6
Artigo 12.º Documentos que constituem as propostas.....	6
Artigo 13.º Apresentação de propostas variantes.....	8
Artigo 14.º Prazo para a apresentação das propostas.....	8
Artigo 15.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	8
Artigo 16.º Critério de adjudicação e critérios de desempate.....	8
Artigo 17.º Documentos de habilitação.....	10
Artigo 18.º Caução.....	12
Artigo 19.º Despesas e encargos.....	12
Artigo 20.º Regime supletivo.....	12
Anexo I Modelo de aceitação do conteúdo do CE (adapt. D.L.Regional n.º 34/2008/M-14 de agosto).....	13
Anexo II Lista de preços unitários.....	15
Anexo III Tabela de Características Técnicas Sujeitas a Avaliação.....	16
Anexo IV Elementos Exigidos na Alínea f) do n.º 1 do Artigo 12.º do Programa De Procedimento.....	19
Anexo V-Modelo de declaração do adjudicatário (adapt. D.L. Regional n.º 34/2008/M-14 de agosto).....	25
Anexo VI-Modelo de declaração (caso aplicável).....	26



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º - Identificação do concurso

1. O presente concurso adota a designação de **“Serviços de Cibersegurança SOCaaS (Security Operations Center as a Service) – 2.º Procedimento”** e tem por objeto a aquisição de serviços de Cibersegurança, nomeadamente os referenciados como **“Security Operations Center – SOC”**, em conformidade com o previsto no caderno de encargos e respetivos anexos.
2. O objeto do presente procedimento insere-se na categoria de **72910000-2 Serviços informáticos de segurança**, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a “ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”, adiante designada por ARM, S.A., com sede na Rua dos Ferreiros, n.º 148-150, 9000-082 Funchal, Região Autónoma da Madeira, com o telefone número 291 201 020, com o fax número 291 201 021 e com o endereço de correio eletrónico: geral@arm.pt.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da “ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”.

Artigo 4.º - Identificação do procedimento e fundamento

A escolha do presente procedimento, por concurso público, com publicidade nacional, foi efetuada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua atual redação.

Artigo 5.º - Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante Acesso/Registo

1. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é a AcinGov.
2. O acesso à plataforma eletrónica AcinGov é gratuito. De forma a aceder à plataforma, os interessados deverão efetuar o seu registo no endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>.
3. Para tal, deverá aceder à área **“Aderir”**. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário e imediatamente recebe no email as credenciais de acesso como outros emails da acinGov.
4. No caso de o interessado já ter procedido previamente ao registo na plataforma AcinGov, o n.º 2 e 3 não se aplica, necessitando apenas de introduzir o “Username” e “Password” atribuídos.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

Artigo 6.º - Serviços de apoio a todos os interessados

1. A equipa AcinGov, tem à disposição de todos os interessados uma linha direta de apoio 707 451 451 ou através do email: apoio@acingov.pt
2. Caso a equipa AcinGov não identifique qualquer anomalia na plataforma AcinGov, os interessados deverão ser os únicos responsáveis por quaisquer atrasos nos prazos de submissão de pedidos de esclarecimentos, erros e omissões, entrega de propostas, pronúncias em sede audiência prévia e reclamações à documentação de habilitação. No presente ponto incluem-se também todas ações que, no decorrer de um procedimento, estejam ao abrigo de um prazo obrigatório estipulado pela legislação em vigor.

SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 7.º - Peças do Procedimento

As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica AcinGov.

Artigo 8.º - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. A retificação das peças do procedimento e a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados é da competência do órgão competente para a decisão de contratar, sendo os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso da competência do Júri do Procedimento.
2. No **primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os interessados deverão enviar os seus pedidos através da plataforma eletrónica, disponível na plataforma eletrónica AcinGov.
4. A lista de erros e omissões a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número 2 do artigo 50 do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O Júri, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela ARM, S.A. e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 9.º - Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos de disposto nos artigos anteriores, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que não cumpram qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2009/M, de 14 de agosto, com remissão para o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Artigo 10.º - Apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente apresentados na plataforma eletrónica AcinGov - <http://www.acingov.pt> - através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todos os documentos carregados na plataforma elétrica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
4. O uso da plataforma AcinGov implica que o computador a ser utilizado pelo interessado esteja preparado com os **requisitos mínimos** disponíveis no site da plataforma AcinGov www.acingov.pt. Para mais informações, efetue o login na plataforma, passe o cursor em ajuda (canto superior esquerdo) e clique em perguntas frequentes.
5. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Cuja receção será registada por referência à respetiva data e hora.

Artigo 11.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 12.º - Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, em concordância com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, pela seguinte ordem:
 - a) **Declaração do Anexo I** do qual faz parte integrante do programa de procedimento (de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação);
 - b) **Documento eletrónico oficial** indicando o poder de representação e assinatura do assinante, caso o certificado digital, previsto no n.º 2 do artigo 10.º deste Programa de Procedimento, não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (caso aplicável);
 - c) **Preço:** documento que contenha preço total máximo estimado e a lista de preços unitários, de acordo com o **Anexo II** ao presente programa de procedimento;
Nota: O preço total máximo estimado deverá incluir todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante;
 - d) **Memória Descritiva** - descrição técnica exaustiva da solução proposta;
 - e) **Documentos** elaborados de acordo com os modelos constantes dos **Anexos III** ao presente programa de procedimento, do qual fazem parte integrante, e que contenham os seguintes atributos:
 - Tabelas de características técnicas sujeitas a avaliação:
 - **1 - Critério Técnico – Avaliação da Proposta**
 - **2 - Critério Técnico – Avaliação da Equipa de Trabalho**



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

- f) **Documentos** elaborados de acordo com os modelos constantes dos **Anexos IV** ao presente programa de procedimento, do qual fazem parte integrante, e que contenham os seguintes atributos:
- f.1) Documento elaborado de acordo com o modelo denominado “Identificação do gestor de equipa”, de acordo com o modelo constante do Anexo IV;
 - f.2) Documento elaborado de acordo com o modelo denominado “modelo dos currículos” de todos os elementos indicados para a execução dos serviços objeto do contrato, incluindo certificados, de acordo com o modelo constante do Anexo IV ao presente programa de procedimento;
 - f.3) Documento elaborado de acordo com o modelo denominado “EQUIPA PRESTADORA DO SERVIÇO”, de acordo com o modelo constante do Anexo IV ao programa de procedimento;
- g) Outros documentos considerados indispensáveis de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, **desde que não contrariem o programa de procedimento e o caderno de encargos**.
2. Aquando da submissão da proposta, o concorrente **deverá preencher na plataforma o formulário principal**, que é parte integrante da sua proposta, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 3. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
 4. Os preços unitários devem ser arredondados até à 3.ª casa decimal.
 5. Caso sejam apresentados preços unitários que excedam a 3.ª casa decimal os mesmos serão oficiosamente arredondados, nos termos do número anterior.
 6. Os subtotais e o preço total devem ser arredondados até à 2.ª casa decimal.
 7. Caso sejam apresentados subtotais e preço total que excedam a 2.ª casa decimal os mesmos serão oficiosamente arredondados, nos termos do número anterior.
 8. **Todos os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com recurso a certificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 9. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
 10. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
 11. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 12. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa à exceção de eventuais documentos técnicos que poderão ser apresentados em inglês, francês ou espanhol.

**VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024****Artigo 13.º - Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º - Prazo para a apresentação das propostas

As propostas podem ser apresentadas, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, AcinGov – <http://www.acingov.pt>, até às **17H00 do 10.º dia** a contar da data do envio do anúncio de concurso para publicação oficial.

Artigo 15.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

SECÇÃO IV – ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO**Artigo 16.º - Critério de adjudicação e critérios de desempate**

1. O critério de adjudicação é o da **proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator**, de acordo com os seguintes fatores e coeficientes de ponderação, por ordem decrescente de importância, indicada *infra*:

Fatores		Ponderação
1. Preço (Preço total máximo estimado – Anexo II do PP)	Fprec	30 %
2. Critério Técnico - PROPOSTA (Tabela de características técnicas sujeitas a avaliação e pontuação correspondente - Anexo III do PP)	FtecP	35 %
3. Critério Técnico – EQUIPA DE TRABALHO (Tabela de características técnicas sujeitas a avaliação e pontuação correspondente - Anexo III do PP)	FtecET	35 %

2. O valor global da avaliação/mérito atribuído a cada proposta apresentada decorrerá do somatório da apreciação de todos os fatores, pelo que a **classificação final (CF)**, será calculada pela seguinte fórmula:

$$\text{Classificação final (CF)} = 0,30 \times \text{Fprec} + 0,35 \times \text{FtecP} + 0,35 \times \text{FtecET}$$

3. A proposta economicamente mais vantajosa será a que obtiver maior classificação obtida com o definido em **(CF) classificação final**.
4. A pontuação de cada um dos fatores será efetuada da forma *infra* indicada.

- Fprec – Pontuação Preço
Fator preço da proposta (**Fprec**)

L _{sup} =	Limite superior de avaliação	20
L _{inf} =	Limite inferior de avaliação	1
F _x =	Preço proposto em análise (sem IVA incluído)	Proposta
F _{ref} =	Valor de referência (sem IVA incluído)	89.600,00 €



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

F_b =	Maior valor considerável (sem IVA incluído)	128.000,00 €
$\text{Avaliação do } F_{prec} = \begin{cases} \left(-\frac{1,5}{F_{ref}} \times F_x + 20 \right), & \text{se } 0 < F_x < F_{ref} \\ \left[L_{inf} - \frac{(L_{inf}-18,5) \times (F_x-F_b)}{(F_{ref}-F_b)} \right], & \text{se } F_x \geq F_{ref} \end{cases}$		

Fator – Critério Técnico - PROPOSTA F_{tecP} :

L_{sup} =	Limite superior de avaliação	20
L_{inf} =	Limite inferior de avaliação	0
F_x =	Pontuação técnica (máximo 50 pontos – De acordo com a avaliação obtida na tabela de características técnicas sujeitas a avaliação e pontuação correspondente - Anexo III do PP)	Proposta(*)
F_{ref} =	Menor Pontuação admitida	0
F_b =	Pontuação Máxima	50
$\text{Avaliação do } F_{tecP} = \left(\frac{F_x - F_{ref}}{F_b - F_{ref}} \right) \times (L_{sup} - L_{inf}) + L_{inf}$		

Fator – Critério Técnico – EQUIPA DE TRABALHO F_{tecET} :

L_{sup} =	Limite superior de avaliação	20
L_{inf} =	Limite inferior de avaliação	5
F_x =	Pontuação técnica (máximo 100 pontos – De acordo com a avaliação obtida na tabela de características técnicas sujeitas a avaliação e pontuação correspondente - Anexo III do PP)	Proposta(*)
F_{ref} =	Menor Pontuação admitida	24
F_b =	Pontuação Máxima	100
$\text{Avaliação do } F_{tecET} = \left(\frac{F_x - F_{ref}}{F_b - F_{ref}} \right) \times (L_{sup} - L_{inf}) + L_{inf}$		

5. **Propostas com pontuação inferior a 24 pontos no fator CRITÉRIO TÉCNICO – EQUIPA DE TRABALHO, serão excluídas.**

6. Critério de desempate: caso duas ou mais propostas sejam ordenadas em primeiro lugar, as mesmas serão desempatadas pela seguinte ordem de prevalência, até que esteja confirmada a diferenciação classificativa, designadamente a proposta que apresentar:

- Será adjudicada a proposta que apresentar a maior pontuação no fator denominado “**FtecP – Critério Técnico - PROPOSTA**”, do critério de adjudicação, constante do Anexo III do programa de procedimento;
- Será adjudicada a proposta que apresentar a maior pontuação no fator denominado “**FtecET – Critério Técnico - EQUIPA DE TRABALHO**”, do critério de adjudicação, constante do Anexo III do programa de procedimento;
- Será adjudicada a proposta que apresentar a maior pontuação no fator denominado “**Fprec – Pontuação Preço**”, do critério de adjudicação, constante do Anexo II do programa de procedimento;



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

7. Se, ainda assim, subsistir a igualdade entre as propostas, proceder-se-á ao desempate através da realização de uma sessão pública de sorteio, com extração de bolas numeradas, a decorrer nos seguintes termos:
- a) Após o termo do prazo de audiência prévia, o Júri promoverá um sorteio, a realizar em sessão pública, na sede da ARM, S.A., na Rua dos Ferreiros 148-150, Funchal, em dia e hora objeto de comunicação prévia aos concorrentes com propostas empatadas;
 - b) Os concorrentes ou os seus representantes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva identificação ou credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
 - c) O ato iniciar-se-á com a verificação dos documentos de identificação dos concorrentes e das credenciais dos seus representantes;
 - d) O Presidente do Júri nomeará oficiosamente um representante *ad hoc* para cada um dos concorrentes que não compareçam nem se façam representar no ato, o qual não poderá pertencer ao Júri nem ao Conselho de Administração da ARM, S.A.;
 - e) Posteriormente, o Presidente do Júri procede à inserção das bolas numeradas em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas num saco opaco e fechado, que permanecerá à vista de todos os presentes;
 - f) Seguidamente, a ordenação dos concorrentes, para efeitos de extração das bolas, será determinada pela maior pontuação obtida através do lançamento de dados realizado pelos mesmos concorrentes ou seus representantes (legais ou *ad hoc*);
 - g) Pela ordem apurada, cada um dos concorrentes ou cada um dos seus representantes (legais ou *ad hoc*) extrairão uma bola do saco, sem olhar para o seu interior;
 - h) O Júri procederá à ordenação das propostas dos concorrentes em função dos números extraídos por cada um deles ou pelos seus representantes (*legais ou ad hoc*), propondo a adjudicação da proposta que tiver obtido a bola com o número “1”;
 - i) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

Artigo 17.º - Documentos de habilitação

1. Nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o adjudicatário, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração do **Anexo V** do programa de procedimento (de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação);
 - b) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

- e) Última Declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período de atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - f) Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10 e DMR);
 - g) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - h) Anexo R da última declaração periódica do IVA;
 - i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do **Anexo VI** do programa de procedimento (caso aplicável);
2. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:
 - a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);
 - b) Identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP;
 - c) Documento comprovativo do último registo no Registo Central de beneficiário Efetivo (RCBE).
 3. Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela mencionada Lei, **impede a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do artigo 87.º-A do CCP.**
 4. O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica AcinGOV (clicando no separador “Adjudicação e Habilitação” anexando os documentos exigidos em cada uma das caixas de anexação e assinando cada documento com assinatura digital qualificada) ou, no caso da mesma se encontrar indisponível, através do correio eletrónico: geral@arm.pt.
 5. A ARM, S.A. pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
 6. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
 7. Os documentos de habilitação elaborados ou preenchidos pelo adjudicatário devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 8. Caso os documentos de habilitação apresentados apresentem irregularidades a entidade adjudicante fixará um prazo não superior a **5 (cinco) dias úteis** para suprimimento das irregularidades detetadas.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

9. **Em caso de subcontratação**, e desde que autorizada pela entidade adjudicante, as entidades subcontratadas deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário.

Artigo 18.º - Caução

Não é exigível a prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

SECÇÃO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19.º - Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à elaboração das propostas, redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 20.º - Regime supletivo

Em tudo o que não estiver expressamente consagrado aplicam-se as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, as quais, nos termos do respetivo artigo 51.º, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e de acordo com o art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo — quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ANEXO II

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

(Valores em euros e sem IVA)

Descrição	Valor Mensal	Preço total máximo estimado (24 meses após implementação)
Serviços "SOC – Security Operations Center" , nas condições definidas no anexo I do caderno de encargos	... €	... €



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ANEXO III

TABELAS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SUJEITAS A AVALIAÇÃO:

1 CRITÉRIO TÉCNICO – AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

Num.	Característica	Pontos a Atribuir	Sim	Não
1	Número de ativos ilimitado	7		
2	Gestão de vulnerabilidades na totalidade dos ativos monitorizados.	6		
3	SIEM/SOAR a utilizar figura no mais recente Quadrante Gartner para sistema SIEM/SOAR			
4	Leader ou challenger	6		
5	Niche Player ou visionaire	4		
6	Inclui gestão do sistema Cortex XDR instalado na ARM, S.A.	7		
7	Inclui instalação de “honeypots”	4		
8	Inclui ações de ciber-educação (ex: possibilidade de campanhas phishing e educação users)	4		
9	Ações de contenção não automáticas - O prestador de serviços intervém nos sistemas de ARM (a combinar) e efetua os processos manuais necessários para a contenção num incidente.	7		
10	Inclui Testes de Penetração (pelo menos 6 interações anuais)			
11	Por equipa do prestador de Serviços	4		
12	Por equipa externa ao prestador de serviços	5		
13	Inclui análise forense (pelo menos 2 análises anuais)	4		
Pontuação				

Nota:

- O concorrente deverá indicar se a sua proposta contém ou não a respetiva característica.
- Somente serão pontuados os pontos referentes às características que efetivamente a proposta possua.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

2 CRITÉRIO TÉCNICO – AVALIAÇÃO DA EQUIPA DE TRABALHO

Num.	Característica	Pontos a Atribuir	Sim	Não
14	Certificações Cibersegurança apresentadas pelos elementos da equipa prestadora do serviço.			
15	CISSP – Certified Information Systems Security Professional	4		
16	CISM – Certified Information Security Manager;	4		
17	(CISA) Certified Information Systems Auditor	4		
18	GIAC Security Operations Manager	4		
19	CEH - Certified Ethical Hacker	4		
20	CompTIA Security+	4		
21	CompTIA CySA+	4		
22	ISO IEC 27001 Certification	4		
23	GCIH-Certified Incident Handler	4		
24	CSA – Certified SOC Analyst	4		
25	Information Security Foundation (ISFS) – EXIN	4		
26	CND – Certified Network Defender	4		
27	OSCP – Offensive Security Certified Professional	4		
28	GCFA - SANS FOR508 - Advanced Incident Response, Threat Hunting and Digital Forensics	4		
29	CHFI - Computer Hacking Forensic Investigator	4		
30	GCIH -Network Intrusion Analyst	4		
31	GIAC Certified Forensic Analyst;	4		
32	CSIE - CompTIA Secure Infrastructure Expert	4		
33	CompTIA Pentest+	4		
34	IAAP Certified Information Privacy Professional / Europe (CIPP/E)	4		
35	Certificações de fabricantes (detidas pelos elementos da equipa prestadora do Serviço)			
36	Fortinet – Certified Professional – ou equivalente	6		
37	Palo Alto – Certified Network Security Analyst ou equivalente	8		
38	Cisco – CCNP Security – ou equivalente	6		
Pontuação				

Nota:

- O concorrente deverá indicar se a sua proposta contém ou não a respetiva característica.
- Somente serão pontuados os pontos referentes às características que efetivamente a proposta possua.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ESPECIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS A AVALIAR

Num.	Característica	Especificação
1	Número de ativos ilimitado	O Serviço não limita o número de ativos “vivos” que monitoriza.
2	Gestão de Vulnerabilidades em todos os ativos monitorizados	O serviço não limita o número de ativos sobre o qual é efetuada a gestão de vulnerabilidades, aplicando a mesma ao universo dos ativos monitorizados.
3	SIEM/SOAR a utilizar figura no último Quadrante Gartner para sistema SIEM	O SIEM/SOAR e Utilizar figura no último “magic quadrant” da Gartner em posição Niche Player ou visionaire (4 pontos) ou em posição Leader ou Challenger (6 pontos). <u>Apenas podem ser classificadas neste ponto, propostas que apresentem serviços baseados em ferramentas SIEM/SOAR, não sendo para o efeito tomadas em conta ferramentas equivalentes</u>
6	Inclui gestão do sistema Cortex XDR instalado na ARM,SA	Serviços para gestão do sistema Palo Alto Cortex XDR, instalado em cerca de 500 endpoint da ARM,SA. Deve incluir: - Definição de automatismos - Desenho de dashboards. - Monitorização do sistema.
7	Inclui instalação de “honeypots”	“Honeypots” para tentar enganar o atacante, ganhando tempo para se conseguir perceber o objetivo e progressão do ataque e mapear o padrão.
8	Inclui ações de ciber-educação (ex: possibilidade de campanhas phishing e educação users)	As ações de ciber-educação devem ser pelo menos 6 no decorrer do contrato para cerca de 850 utilizadores, e devem incluir campanhas de phishing personalizadas à ARM e sessões de awareness aos utilizadores
9	Ações de contenção e erradicação não automáticas - O prestador de serviços intervém nos sistemas de ARM (a combinar) e efetua os processos manuais necessários para a contenção e erradicação num incidente.	De modo não automático o prestador de serviços intervém nos sistemas da ARM, S.A. (a combinar), e implementa ações de contenção e erradicação de um possível incidente. Intervindo, designadamente no âmbito dos sistemas: Rede (incluindo Fortigate, Cisco Meraki e Cisco Switches), Cortex XDR e Active Directory (Windows 2022) , que podem vir a ser outros, caso existam alterações na arquitetura informática da ARM.
10	Testes de Penetração	O serviço inclui testes de penetração nos sistemas da ARM (de modo não disruptivo), no mínimo com equipas “Purple Team” (Red vs Blue)
13	Inclui análise forense (pelo menos 2 análises anuais)	Valorizamos a inclusão de pelo menos 2 eventos de análise forense anuais, e a efetuar durante a vigência do contrato.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

15 a 34	<i>Certificações Cibersegurança apresentadas pelos elementos equipa prestadora do serviço.</i>	Valorizam-se certificações relativas a segurança de informação e Cibersegurança.
36 a 38	<i>Certificações de fabricantes</i>	Valorizam-se certificações de fabricantes na área da Cibersegurança que sejam equivalentes ou superiores às indicadas na tabela (n.ºs 36,37 e 38), sempre que sejam reconhecidas pelo respetivo fabricante.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ANEXO IV

ELEMENTOS EXIGIDOS NA ALÍNEA f)

**DO N.º 1 DO ARTIGO 12.º DO
PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024
ALÍNEA f.1)

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR DE EQUIPA

_____ (denominação social e sede da empresa
concorrente), declara que, em caso de adjudicação, **o gestor** da equipa a afetar à prestação de serviços
denominada por “_____”, em conformidade com o exigido no Caderno de Encargos, será
o _____

Data: _____

Assinatura: _____

Nota:

Este modelo é meramente indicativo, podendo ser apresentado outro semelhante, desde que forneça
informação equivalente.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ALÍNEA f.2)

MODELO DOS CURRÍCULOS

Europass-Curriculum Vitae

Inserir a sua fotografia. (facultativo, ver instruções)

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s)

Apelido(s) Nome(s). Obrigatório

Morada(s)

Rua, número, código postal, localidade, país. Facultativo

Telefone(s)

Facultativo

Telemóvel: Facultativo

Fax(es)

Facultativo

Correio(s) eletrónico(s)

Facultativo

Nacionalidade

Facultativo

Data de nascimento

Facultativo

Sexo

Facultativo

Área funcional

Facultativo

Experiência profissional

Nos domínios relacionados com a execução/prestação de serviços de coordenação de segurança e fiscalização de empreitadas de natureza idêntica à da presente nos últimos ... (...) anos: (resumir cada experiência indicando apenas o cliente, o ano de elaboração, a designação, a dimensão, e a localização) **Obrigatório**.

Datas

Comece por indicar a experiência profissional mais recente; a cada posto profissional pertinente deverá corresponder uma entrada separada. Facultativo

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Nome e morada do empregador

Tipo de empresa ou sector

Anos de Experiência

Educação e formação



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

Datas	Comece por indicar a formação mais recente; a cada curso pertinente que tenha concluído deverá corresponder uma entrada separada. Facultativo																								
Designação da qualificação atribuída																									
Principais disciplinas/competências profissionais																									
Nome e tipo da organização de ensino ou formação																									
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Facultativo																								
Aptidões e competências pessoais																									
Língua(s) materna(s)	Indique a(s) sua(s) língua(s) materna(s)																								
Outra(s) língua(s)																									
Autoavaliação	<table><tr><th colspan="2">Compreensão</th><th colspan="2">Conversação</th><th colspan="2">Escrita</th></tr><tr><td>Compreensão oral</td><td>Leitura</td><td>Interacção oral</td><td>Produção oral</td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>	Compreensão		Conversação		Escrita		Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral														
Compreensão		Conversação		Escrita																					
Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral																						
Nível europeu (*)																									
Língua																									
Língua																									
	(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)																								
Aptidões e competências sociais	Descreva estas competências e indique o contexto em que foram adquiridas. Facultativo																								
Aptidões e competências de organização	Descreva estas competências e indique o contexto em que foram adquiridas. Facultativo																								
Aptidões e competências técnicas	Descreva estas competências e indique o contexto em que foram adquiridas. Facultativo																								
Aptidões e competências informáticas	Descreva estas competências e indique o contexto em que foram adquiridas. Facultativo																								
Aptidões e competências artísticas	Descreva estas competências e indique o contexto em que foram adquiridas. Facultativo																								



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

Outras aptidões e competências	Descreva estas competências e indique o contexto em que foram adquiridas. Facultativo
Carta de condução	Inclua nesta rubrica a(s) cartas de condução das quais é titular, especificando, se pertinente, a categoria de veículo. Facultativo
Informação adicional	Inclua nesta rubrica qualquer outra informação pertinente: por exemplo, pessoas de contacto, referências, etc. Facultativo
Vínculo Profissional à entidade Candidata	Inclua nesta rubrica a(s) cartas de condução das quais é titular, especificando, se pertinente, a categoria de veículo. Facultativo
Anexos	Enumere os anexos ao CV. Obrigatório

Nota:

Este modelo é apenas orientador, e baseado no modelo da Europass podendo ser apresentados modelos diferentes desde que respondam a todas as rubricas indicadas (**obrigatórias**).

O currículo deverá vir acompanhado dos certificados que cada indivíduo dispõe.



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ALÍNEA f.3)

EQUIPA PRESTADORA DO SERVIÇO

			Certificações Cibersegurança/de fabricantes apresentadas pelos elementos da equipa prestadora do serviço																						
			Certificados para a avaliação no Fator - Critério Técnico – Equipa de Trabalho																						
			Certificações Cibersegurança																			Certificações de Fabricantes			
Equipa de Trabalho (nome)	Função	Experiência na área de Cibersegurança (anos)	CISSP – Certified Information Systems Security Professional	CISM – Certified Information Security Manager	(CISA) Certified Information Systems Auditor	GIAC Security Operations Manager	CEH - Certified Ethical Hacker	CompTIA Security+	CompTIA CySA+	ISO IEC 27001 Certification	GCIH-Certified Incident Handler	CSA – Certified SOC Analyst	Information Security Foundation (ISFS) – EXIN	CND – Certified Network Defender	OSCP – Offensive Security Certified Professional	GCFA - SANS FOR508 - Advanced Incident Response, Threat Hunting and Digital Forensics	CHFI - Computer Hacking Forensic Investigator	GCIA -Network Intrusion Analyst	GIAC Certified Forensic Analyst;	CSIE - CompTIA Secure Infrastructure Expert	CompTIA Pentest+	IAAP Certified Information Privacy Professional / Europe (CIPP/E)	Fortinet – Certified Professional	Palo Alto – Certified Network Security Analyst	Cisco – CCNP Security
(...)	(...)	(...)																							
(...)	(...)	(...)																							
(...)	(...)	(...)																							
(...)	(...)	(...)																							
(...)	(...)	(...)																							
(...)	(...)	(...)																							

Notas:

- Os concorrentes devem identificar todos os elementos da equipa de trabalho, função, e a experiência respetiva. (que vão ser igualmente aferidos pelos currículos apresentados).
- Devem identificar as certificações que cada elemento possui – **a entrega do comprovativo da respetiva certificação tem carácter obrigatório.**
- Equipa de prestação do serviço (características mínimas obrigatórias):**



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

Para a execução das especificações técnicas do presente procedimento a **equipa técnica** responsável pela execução das prestações objeto do contrato a celebrar deve cumprir as seguintes **exigências**:

- Deve operar em Território da União Europeia e expressar-se em português.
 - Deve ser composta por pelo menos 5 elementos, sendo 1 deles gestor da equipa, que devem possuir:
 - o Elemento Gestor / Coordenador da equipa prestadora dos serviços - experiência mínima de 8 anos na área de Cibersegurança.
 - o Elementos da equipa prestadora de serviços - experiência mínima de 3 anos por elemento na área de Cibersegurança.
 - o Pelo menos 5 dos elementos da equipa têm que ter **individualmente, pelo menos, uma das certificações de cibersegurança a avaliar.**
 - o Cumulativamente, a equipa deverá possuir, no mínimo, **6 das certificações de cibersegurança a avaliar.**
 - o O gestor indicado deverá possuir, no mínimo, uma das certificações exigidas.
- 4 - As colunas com referência aos **“Certificações Cibersegurança/de fabricantes apresentadas pelos elementos da equipa prestadora do serviço”** devem ser assinaladas, quando exista algum dos elementos da equipa com algum dos certificados elencados.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



VERSÃO RETIFICADA PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 16/12/2024

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

(caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação)

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada ⁽²⁾ não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- ☐ Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10);
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (DMR);
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R da última declaração periódica do IVA.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.